

Ata nº82

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Casa do Povo de Vila Nova de Anha, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha, presidida por Duarte José Faria Vilar de Figueiredo e com a presença dos seguintes elementos: Catarina Felgueiras Portela, Domingos Sampaio Pereira, Lúcia Silva Marinho, Manuel Fernando Lima Damião, José Joaquim Pereira da Silva e José Filipe Correia da Silva. Também estiveram presentes: Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos e José Carlos Oliveira Gonçalves, do corpo executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte: **ponto um:** Período antes da ordem do dia; **ponto dois:** Informações do Presidente da Junta de Freguesia; **ponto três:** Apresentação, discussão e votação das Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2017; **ponto quatro:** Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades Plurianual, Mapa de Pessoal e Orçamento para o ano 2017.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se às substituições dos membros da Assembleia de Freguesia decorrentes dos pedidos de suspensão de mandato e das justificações de falta que chegaram à Mesa da Assembleia. Posteriormente foi colocada a votação a ata nº81, relativa à sessão anterior, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção, por ausência do membro da Assembleia durante a realização da sessão anterior.

Ainda antes do cumprimento da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia Duarte Figueiredo, voltou a penitenciar-se perante a Assembleia e o deputado José Silva pelo erro administrativo que resultou na sua não convocação no prazo legal respetiva para a Assembleia de Freguesia que ocorreu no mês de setembro do corrente ano e agora que o membro da Assembleia de Freguesia estava presente, teve oportunidade de lhe dar as devidas justificações de viva voz. Agradeceu também à Direção da Casa do Povo a cedência da sala para a realização da Assembleia.

Para o primeiro ponto da ordem de trabalhos (“Período antes da ordem do dia”) inscreveram-se dois membros da Assembleia: José Silva e Filipe Silva.

A intervenção do deputado José Silva incidiu em dois documentos: na Ata nº81 e do Boletim Informativo da Junta de Freguesia. Acerca do primeiro documento, o deputado congratulou o Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Figueiredo, pela posição que assumiu acerca da sua não convocação, apesar da sugestão que foi dada pelo Deputado Ricardo Rego, na última assembleia, só foi satisfeita três meses depois, quando recebeu a minuta da ata. José Silva repudiou o facto de existirem pavimentações de terrenos particulares que foram cedidos ao domínio público, pois como ele refere na sua intervenção “(...) caso contrário, estaria a pactuar com o esbanjamento de dinheiros públicos (...)”, que são necessários para corrigir irregularidades existentes em pisos da freguesia, dando o exemplo da rua onde reside que se encontra num estado deplorável. Acerca da limpeza do domínio público refere que concorda com o facto de os particulares deverem participar no cuidado da envolvimento dos seus prédios, no entanto que não se deve desresponsabilizar a Junta

de Freguesia sobre este tema, pois a vinte e um de janeiro do corrente ano, a Câmara Municipal de Viana do Castelo deliberou para esta Junta de Freguesia um apoio de quarenta e dois mil setecentos e noventa e quatro euros e setenta e oito cêntimos (42.794,78€) para efeitos de melhoramento, requalificação de espaços públicos e aquisição de inertes, dos quais, trinta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos (34.784,42€), destinados a melhoramentos e, portanto deixa de ter sentido afirmações de que não existem verbas para efeitos de limpezas da rede viária, pois conforme a alínea ff) do art.º 16 da Lei n.º 75/2013, indica como competência da Junta de Freguesia, o procedimento à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais e como tal, a limpeza de caminhos, enquadra-se perfeitamente neste item, considerando ainda que o orçamento deste executivo para o corrente ano, previa como receita corrente, quatro mil seiscentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos (4.653,50€), para a limpeza. Ainda acerca deste assunto, refere que não concorda com a declaração da deputada Lúcia Marinho na última assembleia, onde referiu que existe falta de mão-de-obra, pois o mapa de pessoal aprovado em dezembro de 2015 não sofreu qualquer alteração em 2016, apenas existiu uma redução na carga horária e, que ele próprio já observou equipamento da Junta de Freguesia a ser usado em terrenos particulares. Acerca do Boletim “Faro d’Anha” referiu que mais uma vez o Boletim não tem qualquer data tal como já havia alertado sobre o Boletim anterior e que, este não chegou a todas as casas, pois houve apenas uma tiragem de novecentos exemplares e Vila Nova de Anha tem mais de mil e duzentos alojamentos e, portanto, anunciar “A partir de hoje. Chega o Faro D’Anha a sua casa” é uma farsa. Sobre o Protocolo entre a Junta de Freguesia e a ADCA acerca do armazém do Complexo Desportivo, refere que como é um dos diretores da Associação Desportiva e Cultural de Anha, lhe compete desmontar mais uma farsa que aparece neste boletim, pois o grande responsável pela resolução deste diferendo foi o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e pela consideração que esta Associação tem pela Câmara Municipal, caso contrário não teria sido resolvido. Refere também que o anterior protocolo foi celebrado entre a ADCA e o antigo executivo da Junta de Freguesia presidido pelo Sr. José Augusto São João, afirmando assim que este boletim tem uma intensão eleitoralista e não informativa. Por fim, falou acerca do tema “Aproximar Pessoas” que consta no Boletim Informativo, onde afirma que as palavras “perdão”, “união” e “renascimento” são apenas uma caça aos votos, pois o Presidente da Junta de Freguesia numa reunião com a ADCA, instigou o Presidente dessa associação a demitir o seu vice-presidente. José Silva referiu ainda que receia que esta não tenha sido a única tentativa de perseguição à sua pessoa e, que lamenta, passados quarenta e dois anos do 25 de Abril, ainda tenha de assistir a atos provenientes de pensamentos fascistas. Por fim, enalteceu a forma como o Presidente da ADCA respondeu a esta instigação.

O deputado Filipe Silva iniciou a sua intervenção desejando a todos os presentes umas festas felizes e um ano dois mil e dezassete com prosperidade. Em seguida questionou o executivo da Junta de Freguesia acerca da dívida à Segurança Social. Se ainda existe, se está a ser abatida e se os pagamentos correntes estão a ser efetuados. Por fim, teceu uma crítica construtiva face à ausência da publicação das Atas da Assembleia da Junta de Freguesia na página da Junta de Freguesia na internet, desde a ata nº77 e, tendo em conta que a proposta apresentada pela

bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia a vinte e nove de abril de 2014 foi aceite, não se esperaria outra coisa se não o seu cumprimento.

O Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção agradecendo à direção da Casa do Povo de Vila Nova de Anha pela cedência do espaço para a realização da Assembleia de Freguesia. Acerca da deliberação da Câmara Municipal refere que essa transferência é relativa à manutenção da rede vicinal e se dividirmos quatro mil seiscientos e cinquenta e três euros por doze meses dá trezentos e oitenta euros, o que nem sequer corresponde a um salário mínimo de um funcionário e, por isso a limpeza da via pública fica comprometida. O montante de 39.738 € é o relativo ao total das transferências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia durante um ano e não unicamente para a manutenção da rede vicinal. Relativamente ao pagamento da dívida para com a Segurança Social, referiu que esta está definida por protocolos e que existem três acordos de pagamento, mas que no próximo ano passará apenas a ser um protocolo que irá ter menos custos e menos juros e que o acordo está a ser cumprido. Sobre a publicação das atas da Assembleia de Freguesia na página da Junta de Freguesia, agradeceu à Mesa de Assembleia pela digitalização das atas e que irão ter em atenção a atualização da publicação das mesmas.

No que diz respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos (“Informações do Presidente da Junta de Freguesia”) – (Anexo 1), o presidente do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha salientou que a rua Francisco Viriato ficou com o problema resolvido e que está agora ser executada a sua pavimentação em semi penetração. Referiu também que o problema jurídico com o Beco do Barão ficou resolvido. Informou também que a Presidente da Câmara Municipal e o seu executivo visitaram a freguesia no passado dia onze do corrente mês, onde assumiram o compromisso de efetuar ramais de saneamento, nomeadamente a Travessa S. Tiago, Rua Benemérito João Sampaio e de S. João. Referiu também que foi feita a apresentação do novo sistema de recolha de resíduos sólidos e que a partir do dia um do mês de janeiro do próximo ano estará instalado em toda a freguesia, onde realça que este novo sistema é amigo do ambiente e aumenta a capacidade dos contentores de oitocentos litros para dois mil e quatrocentos, onde o único “handicap” é a diminuição da frequência de recolhas. Por fim realçou a regularização dos passeios na EN 13 a pedido da Junta de Freguesia, bem como a limpeza e abate de árvores na Escola Monte da Ola.

Para este ponto houve uma inscrição: José Silva.

O deputado José Silva interveio acerca da regularização dos passeios da EN 13, onde referiu que se encontra preocupado na sinalização e passeios e, que a alteração que existiu na paragem de autocarros nos semáforos no Monte da Ola causou dificuldades na circulação do trânsito na hora de maior afluência de autocarros naquela zona.

Rui Matos, presidente do executivo da Junta de Freguesia, referiu que houve um pedido para colocar a paragem de autocarros em frente à paragem já existente no sentido Viana-Porto, no entanto o proprietário desse terreno tem dificuldades em perceber a vantagem de colocar lá a paragem e tem levantado obstáculos à localização da mesma. Referiu também que na bouça onde era antigamente a

paragem não tinha passeio e que onde está atualmente tem e que, por isso, prefere que se atrase um pouco o trânsito do que pôr em risco a integridade física das pessoas. Terminou a sua intervenção, dizendo que o executivo irá tentar averiguar junto das Estradas de Portugal o que se poderá fazer para melhorar esta situação.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos (“Apresentação, discussão e votação das Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2017”) – (Anexo 2), o Presidente da Junta de Freguesia referiu que se mantêm os valores praticados em 2016, com a exceção de regularizar, em termos contabilísticos, as taxas correspondentes a funerais, exumações e demais atos praticados pelo Coveiro

Para este ponto da ordem de trabalhos houve a inscrição do deputado Filipe Silva.

Filipe Silva questionou o executivo da Junta de Freguesia acerca da regularização contabilística referida pelo executivo. Esta envolve apenas o coveiro e a Junta de Freguesia, ou se as famílias também irão estar envolvidas? O deputado chamou a atenção para a fórmula de cálculo apresentada pela Junta de Freguesia para justificar a aplicação das taxas e, portanto, tendo em conta esta fórmula que nos explica que para atestados, declarações e outros documentos com termo lavrado prevê à partida meia hora na sua execução (e partindo do princípio que o custo total na prestação do serviço não difira nestes casos, com a ressalva que se aceita para que uma confirmação de prova de vida para o estrangeiro custe mais 1€ que a nacional – pode ser necessário um contacto telefónico internacional, por exemplo), já não é aceitável que uma categoria como “Outros Atestados” custe 6,00€. Referiu que aqui se comete um triplo erro: primeiro: se assume meia hora na execução de “Atestados, declarações e outros documentos”, o valor nunca poderia quase duplicar face aos 3,5€ para todos os outros Atestados; segundo: se nesta categoria de “Outros Atestados” surgir um “atestado em impresso próprio fornecido pela requerente” o tempo médio de execução baixa para um quarto de hora, logo diminui ainda mais o valor final; e terceiro: a taxa a aplicar para (ponto 3, alínea c) os restantes documentos prevê um tempo médio de execução também ele de um quarto de hora. Concluiu então dizendo que não há razões para que “outros atestados” tenham um custo superior aos restantes. Filipe Silva frisou também que discorda face ao custo mais elevado das confirmações de agregado familiar – Escolas, Fins Bancários, Fins PT/CP e Outras Confirmações – que se fixa nos 3,5€, face aos 2,5€ cobrados pela Confirmação de Prova de Vida – Nacional, ressalvando que aceita que para fins estrangeiros este valor seja mais elevado, no entanto não concorda com facto que para fins nacionais sejam taxadas com valores diferentes. Questionou também o presidente da Junta de Freguesia quanto aos Serviços de Cemitério, nomeadamente se o valor previsto de duzentos e vinte euros para inumações será efetivamente cobrado pela Junta de Freguesia diretamente às famílias, sendo passado um recibo ou, se irão continuar situações dúbias com interferência do coveiro no processo como era habitual.

O deputado pediu ainda esclarecimentos sobre as situações em que a taxa relativa “*Utilização da Capela e seus pertences por cada dia*” é aplicada, sob pena de falsas interpretações uma vez que a Capela é utilizada sempre que se realiza um funeral na Paróquia e o corpo ruma ao cemitério. Terminou a sua intervenção,

questionando porque não se isentam as coletividades da freguesia, ou pelo menos acautela-las com isenções, frisando que são as coletividades e não as empresas, no que diz respeito à utilização dos espaços/salas da Junta de Freguesia, sob pena do Anexo 3 do documento “Tabelas de Taxas e Licenças para 2017” um dia mais tarde poder constituir algum desentendimento na aplicação destes valores pela Junta de Freguesia a alguma Coletividade.

Rui Matos esclareceu que o grupo “outras certidões” se refere a situações complexas que incluem pagamento de documentos nas Finanças e outras entidades e é necessário recorrer a terceiros para que sejam atestados pela Junta de Freguesia. Relativamente às provas de vida e agregados familiares, refere que as provas de vida são apenas passadas com a presença da pessoa e com documentos originais. Acerca dos agregados familiares referiu que é algo sério, onde são necessários existir cuidados e não se pode facilitar e, portanto, são mais caras porque tem de haver uma pesquisa e trabalho para verificar a sua veracidade e, por isso, estas são mais caras. Por último, referiu que quando falece uma pessoa e esse corpo vai para a capela é paga uma taxa e, quando se trata de uma pessoa que não é católica, nomeadamente ateu ou de outras religiões, esta taxa de “*utilização da Capela e seus pertences por cada dia*” é aplicada.

Antes de se proceder à votação, Filipe Silva esclareceu que falou em atestados e não em certidões como é referido pelo presidente da Junta de Freguesia.

Em seguida procedeu-se à votação das “Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2017” que foi aprovada com cinco votos a favor e duas abstenções.

No quarto ponto da ordem de trabalhos (“Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Atividades Plurianual, Mapa de Pessoal e Orçamento para o ano de 2017”) – (Anexo 3), o presidente da Junta de Freguesia referiu que o executivo adotou a estratégia de não empolar os orçamentos, de modo a que posteriormente não haja uma diminuição da taxa de execução e que o aumento em vinte e cinco por cento do orçamento para 2017 tem que ver com os protocolos existentes com o município que têm de ser cumpridos. Referiu ainda que as receitas fixas da Junta de Freguesia têm proveniência do Fundo de Financiamento das Freguesias (trinta mil euros) e do Fundo do Município (quarenta mil euros) e que o orçamento deveria fixar-se tendo em conta esses valores. Realçou ainda que as taxas de execução não podem ser inferiores a setenta por cento num prazo superior a dois anos. Afirmou que a “caça ao voto” é estratégia que tem sido utilizada nos últimos três anos, fruto do trabalho que este executivo tem levado a efeito, pois não é no último ano que se vão “caçar votos”, pois respeita muito os eleitores de Vila Nova de Anha.

Relativamente a obras referiu que têm intenção de terminar a Rua da Padela, refazer a Avenida do Cruzeiro devido ao parque escolar e ao Complexo Desportivo e, ainda a parte da Rua do Tanque do Mestre. Referiu que irão continuar a apoiar o Desporto, a Cultura e os Tempos Livres, mantendo aquilo que estão a fazer. Afirmou ainda que ao longo do ano de dois mil e dezasseis a Junta de Freguesia tentou dar um sinal de ajuda às instituições, nomeadamente à Casa do Povo pelos seus oitenta anos e à Associação Desportiva e Cultural de Anha pelos seus quarenta anos, sendo que o executivo da Junta de Freguesia sugeriu ao Município que estas instituições fossem

distinguidas na cerimónia das comemorações da cidade e, por isso, prevê neste orçamento um conjunto de incentivos monetários às associações da freguesia, nomeadamente irá distinguir o Corpo Nacional de Escutas de Vila Nova de Anha pelos seus cinquenta anos em dois mil e dezassete.

Terminou a sua intervenção referindo que dentro das expectativas da boa relação entre o executivo da Junta de Freguesia e o executivo municipal, espera que no próximo ano haja um aumento no orçamento para esta comunidade e, pensando que vai haver uma maior alavanca financeira, perspetivaram pela primeira vez no orçamento aquilo que irá ser pago da dívida existente. Sendo que, o objetivo estratégico deste orçamento é atacar fortemente a dívida da Junta de Freguesia.

Para este ponto da ordem de trabalhos existiram duas inscrições: José Silva e Filipe Silva.

O deputado José Silva, na sua intervenção, fez algumas comparações entre o Plano de Atividades de 2016 e o Plano de Atividades de 2017, dando a conhecer que no Plano de Atividades de 2016 o executivo apresentava como prioritário o melhoramento de abastecimento de água e conclusão de ramais de águas residuais comunitárias na rua das Camboas, troço entre a Capela de S. João e a Travessa da Padela, Loteamento do Vitorino, Rua da Estrada Nova, apresentando neste plano em análise, como não sendo prioritário. Referiu ainda que aquilo que era urgente no plano de 2016 e não foi alvo de reestruturação, deixou de ser para 2017, nomeadamente a Rua do Noval e a Rua da Valada, ressaltando que as obras previstas para a Avenida do Cruzeiro, serão realidade a curto prazo, tendo em conta a inauguração do Complexo Desportivo da ADCA. Mencionou também que aquilo que era previsto de pavimentação para 2016, deixou de ser para 2017, referindo-se às pavimentações da rua da Padela, Lages, rua de S. João, tanque do Mestre e rua do Noval, tendo algumas delas sido apenas alvo de repavimentação, acrescentando novamente que o arranjo na Av. Do Cruzeiro, será motivada pela conclusão da obra do Complexo Desportivo a ser inaugurada em maio 2017. José Silva, ainda referiu que uma grande obra prevista para o corrente ano pelo executivo e que não foi executada, deixou de estar presente no plano para o próximo ano, existindo em seu parecer, uma grande falha de planificação por parte do executivo, estando-se a referir à repavimentação da rua de S. Tiago. Por último, congratulou-se em dizer que já não era sem tempo a previsão da execução da obra de infraestruturação de redes de águas residuais comunitárias e pluviais da travessa de S. Tiago, rua de S. José e rua Benemérito João Sampaio.

O deputado Filipe Silva, iniciou a sua intervenção ressaltando, no seguimento da resposta do Presidente da Junta de Freguesia dada no ponto dois desta reunião, que se este Executivo se presta a publicar a Atas das Assembleias de Freguesia, o mesmo se deveu a proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista, e não por uma proposta da bancada da maioria. No que diz respeito ao Plano de Atividades e Orçamento, o deputado questionou o presidente da Assembleia de Freguesia e o Executivo se irá ser feita uma votação em separado ou se é uma votação único, uma vez que não se analisa de igual forma um documento político, como é o Plano de Atividades, e um documento técnico, que é o caso do Orçamento. E, referiu ainda, que ano após ano, existe a ideia que os dois documentos não se complementam, pois a

bem da transparência, as obras elencadas no Plano de Atividades deveriam ser acompanhadas da sua correspondente cabimentação. Neste seguimento, deu o exemplo concreto das duas paragens que serão colocadas na Avenida 9 de Julho, questionando o executivo se sabe quanto lhe custará esta obra e, por isso, ou existe uma falta de previsão por parte do executivo ou existe uma certeza de antemão que algumas destas obras que estão previstas não irão ser feitas.

Filipe Silva pediu ainda explicações sobre o aumento verificado em termos de despesas com pessoal face ao ano corrente, de um total de setenta e quatro mil setecentos e vinte e oito euros para cento e oito mil novecentos e noventa euros e quarenta cêntimos, sendo este um aumento de cento e quarenta e seis por cento em apenas num ano e, isto acontece num ano em que existe manutenção do número total de funcionários e, por isso questiona se este aumento é para pagar as dívidas, pois a justificação do aumento do salário mínimo não se encaixa, uma vez que este documento é anterior a esse anúncio. E referiu ainda que, tendo em conta que da previsão de aumento do orçamento para o próximo ano, oitenta e seis por cento desta está refletida em aumentos com despesas de pessoal, grande parte para titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos, questionou em que pessoas é que irá haver um investimento no próximo ano. O deputado terminou a sua intervenção, concluindo que se a bandeira eleitoral deste executivo agora é “Aproximar Pessoas” e não como em anos anteriores “Anha não para” é porque algo correu mal nos últimos anos.

O presidente da Junta de Freguesia, Rui Matos, afirmou que a dificuldade não está na aproximação das pessoas, mas sim com a união destas. Afirmou ainda que o orçamento é apenas uma previsão e que são necessárias existirem rubricas abertas para que caso existam obras do município que sejam canalizadas para a Junta de Freguesia. Referiu também que podem existir alterações no orçamento e no plano de atividades ao longo do ano, mas que só podem acontecer caso existam essas rubricas abertas. Rui Matos explicou que apostaram um pouco mais no aumento das receitas, de acordo com os protocolos que estão a ser alinhavados com o município, e aumentaram as previsões de despesas para se ter uma maior alavanca para o pagamento das dívidas. Referiu ainda que o aumento das despesas não é com pessoal, mas sim com órgãos de soberania e com os órgãos autárquicos, para dessa forma pagar as dívidas para com os membros da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia. Por último, afirmou que não gosta de ser indelicado nem de falar de pessoas que não estão presentes, mas às vezes o executivo faz promessas porque são essas as suas intenções, mas por vezes não são possíveis de concretizar, pois se o executivo promete é porque por sua vez alguém se havia comprometido com o executivo, mas por vezes essas promessas não são cumpridas. No que concerne à Rua de S. Tiago referiu que era uma obra importante a fazer e que o orçamento para esta está feito e é no valor de cinquenta mil euros, no entanto não consideram esta requalificação uma prioridade, pois a freguesia tem atualmente mais problemas.

Terminadas as intervenções, procedeu-se às votações. O Mapa de Pessoal foi aprovado com cinco votos a favor e duas abstenções. O Plano de Atividades e Orçamento para o ano dois mil e dezassete foi aprovado com dois votos contra e cinco votos a favor.

Dada por encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por aberto o período de intervenção do público presente. Neste período inscreveram-se os cidadãos: José Lima e Ricardo Rego.

O Sr. José Lima questionou o executivo sobre a razão pela qual houve a destruição do baloiço na rua onde reside, pois no ano de mil novecentos e oitenta e dois pertenceu à comissão de moradores e conseguiram que fosse lá colocado um baloiço.

O Sr. Ricardo Rego afirmou que após a explicação do Presidente da Junta de Freguesia acerca do aumento nas despesas sobre os órgãos de soberania, gostaria que este se voltasse a referir a algo que havia dito no seu último mandato, pois acusou o anterior executivo de uma transferência de oito mil euros para esse efeito.

Relativamente à intervenção do Sr. José Lima, o Presidente da Junta de Freguesia elogiou o exemplo dado em 1982, através do envolvimento da comunidade na construção de melhoramentos. No entanto importa esclarecer que a Junta de Freguesia não destruiu o baloiço, este foi apenas retirado. Segundo dados apurados junto de técnicos da Câmara Municipal, foram desativados cerca de nove parques infantis por completo, pelos mesmos não apresentarem condições de segurança. Terminou afirmando que o baloiço só foi retirado agora porque existe uma alternativa do outro lado da estrada que oferece condições de segurança mas, que esta foi uma ação da Junta de Freguesia já com dez anos de atraso, pois o baloiço não apresentava as condições necessárias de segurança e se alguém se magoasse a primeira pessoa com quem iriam falar era com o Presidente da Junta de Freguesia sobre a sua responsabilidade.

Relativamente à intervenção do Sr. Ricardo Rego, Rui Matos afirmou que o último cheque que foi passado pelo executivo anterior foi de oito mil e cem euros e endereçados à PORMIN para pagamento do projeto de especialidades do Centro Cívico e que isso lhe causou alguma estranheza quando chegou ao executivo. No entanto, afirmou que nunca referiu nada sobre oito mil euros para serem pagos aos membros do executivo anterior.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Duarte José Faria Vilar de Figueiredo)

A Primeira Secretária

(Catarina Felgueiras Portela)